

TEMPO E REPETIÇÃO NA FORMAÇÃO DOS SÍMBOLOS

TIME AND REPETITION IN THE FORMATION OF SYMBOLS

DOI 10.70860/ufnt.entreletras.e19290

Thiago Moreira Correa¹

Resumo: O artigo examina a definição de símbolo segundo Hjelmslev, destacando uma perspectiva diacrônica em relação à conformidade entre o plano da expressão e o plano do conteúdo, que se realiza pela repetição ao longo do tempo. Utilizando exemplos históricos como a foice e o martelo no comunismo, demonstra que a repetição consolida a identidade e o valor simbólico. A proposta, situada na semiótica hjelmsleviana, busca estabelecer que o tempo e a repetição são fundamentais para a transformação de signos em símbolos poderosos, moldando identidades coletivas, movimentos sociais e criando significados duradouros.

Palavras-chave: Símbolo; Repetição; Conformidade; Comunismo; Tensividade.

Abstract: The article examines Hjelmslev's definition of the symbol, highlighting a diachronic perspective on the conformity between the expression plane and the content plane, which is realized through repetition over time. Using historical examples such as the hammer and sickle in communism, it demonstrates that repetition consolidates identity and symbolic value. Situated within Hjelmslevian semiotics, this approach seeks to establish that time and repetition are fundamental for the transformation of signs into powerful symbols, shaping collective identities, social movements, and creating lasting meanings.

Keywords: Symbol; Repetition; Conformity; Communism; Tensivity.

Introdução

A abrangência no senso comum da palavra símbolo impede uma investigação exaustiva, porém, a definição hjelmsleviana de sistema simbólico (2006, p. 118) propõe uma restrição dessa multiplicidade. Essa variabilidade interpretativa na definição de símbolo pode ser observada no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Instituto Antônio Houaiss, 2012) e no *Dicionário UNESP do português contemporâneo* (Borba, 2004), cuja heterogeneidade aparece em acepções imprecisas como “1. qualquer coisa usada para representar outra, especialmente objeto material que serve para representar qualquer coisa imaterial: *o lírio é o símbolo da pureza*” (Borba, 2004, p. 1286) ou “1. aquilo que, por um princípio de analogia formal ou de

¹ Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo e pesquisador de pós-doutorado na FCLAr-UNESP. E-mail: thiago.correa@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7474-5596>

outra natureza, substitui ou sugere algo; 2. aquilo que, por pura convenção, representa ou substitui outra coisa” (Instituto Antônio Houaiss, 2012); chegando a definições mais próximas da linguística: “3. figura convencional elaborada expressamente para representar uma coisa; emblema, insígnia” (Borba, 2004) e “1.4 sinal indicativo; signo” (Instituto Antônio Houaiss, 2012).

Essa disparidade já estava prevista no *Dicionário de Semiótica* (2008), que afirma o conceito de Hjelmslev (2006) sobre o sistema de símbolos, mas admite usos “não-linguísticos e não-semióticos” do vocábulo. Como pode ser observado no verbete “símbolo”:

[...] o termo símbolo admite definições múltiplas e variadas, tais como “aquilo que representa outra coisa em virtude de uma correspondência analógica” ou “ausência feita presença”, etc. Em todos esses casos, não se questiona a natureza de signo, sendo que as determinações complementares que lhe são acrescentadas remetem ora ao caráter pluriisotópico do discurso, ora aos mecanismos ainda mal explorados de conotação, etc. O emprego desse termo sincrético e ambíguo deve, por enquanto, ser evitado em semiótica (Greimas; Courtés, 2008, p. 464).

O próprio Hjelmslev vai apontar as hesitações da Linguística de sua época para tratar do termo (2006, p. 118); contudo, a sua delimitação, torna viável a abordagem semiótica. A conformidade entre os planos guia o conceito linguístico de símbolo, mas basta criar essa correlação exclusiva para formar um símbolo? Melhor dizendo, a definição parte da análise do sistema simbólico, ou seja, todo símbolo possui essa estrutura, porém ela revela toda complexidade de um símbolo?

Em uma abordagem do sistema simbólico, toma-se brevemente a pixação² como exemplo, a partir de sua configuração enquanto assinatura. Mesmo que isso também ocorra em outras práticas de inscrições urbanas, a pixação possui normas estritas que a tornaram mais concentrada em um grupo social, coeso, preservando-se de misturas com outras práticas, o que favorece a relação entre a repetição de uma marca atrelada a um conteúdo identitário. Além disso, a pixação, sendo uma prática contemporânea brasileira, oferece a vantagem de poder ser verificada diretamente no local de sua realização.

A assinatura estilizada tipograficamente pela pixação é singular, porque, após sua composição, o pixador deve espalhá-la exaustivamente pela cidade para a afirmação de sua identidade. Mesmo para os enunciatários que não possuem a competência necessária para ler o

² Adotamos o uso não prescrito pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras a respeito da palavra “pixação”.

pixo e relacioná-lo a valores de identidade do enunciador, por exemplo, o significado do nome correspondente à assinatura; permanece uma associação da expressão inteligível a um programa narrativo, no qual um sujeito, anônimo, busca valores de identidade ou reconhecimento (“ibope”) pela produção do objeto-valor inscrição urbana. Esse reconhecimento de alguém que foi a determinado lugar para fazer sua assinatura ganha cada vez mais força identitária conforme a quantidade de repetição de sua marca aumenta, ou seja, é possível vincular diretamente ao pixo uma identidade.

As diferenças de recepção estariam vinculadas à capacidade do enunciatário de apreender a sintaxe discursiva do enunciado. Um enunciatário competente lê as marcas enunciativas deixadas no enunciado, nome, data e região, já um enunciatário não-competente não perceberia essas marcas e consideraria o pixo como um texto enuncivo, longe demais para requerer alguma atenção, ou como um enunciado visual esvaziado de conteúdo. A falta de sentido levaria à negligência de sua presença. Essas aproximações e afastamentos passam também por embreagens, pois a identificação da projeção espacial e temporal no texto é mais acessível ao leitor despercebido que a projeção do enunciador na assinatura.

Afora as distinções sintáticas produzidas na recepção do pixo, a conformidade de um conteúdo identitário à sua expressão seria reconhecida, ou seja, em termos hjelmslevianos, o pixo seria um símbolo. Prontamente, surgiria uma contra-argumentação afirmando o caráter simbólico da assinatura de pessoas físicas ou até mesmo do nome de batismo, pois haveria conformidade entre o plano da expressão e o conteúdo, alargando o conceito de símbolo. A resposta seria sim, se fosse considerada a definição de símbolo somente como uma semiótica monoplana. Contudo retoma-se a pergunta, a estrutura do sistema simbólico mostra toda complexidade da constituição do símbolo?

Pela investigação do sistema simbólico nas inscrições urbanas, diríamos que não, porque dois fatores não teriam sido considerados, a repetição e o tempo. Observa-se que não discordamos da definição de Hjelmslev (2006) sobre o sistema simbólico, em que todo símbolo é uma semiótica monoplana, mas nem toda conformidade entre os planos produziria um símbolo. Consequentemente, nem a assinatura de pessoa física, nem o nome de batismo e talvez nem a pixação seriam símbolos, pois sua repetição no tempo seria insuficiente.

Propõe-se, então, que além da relação unívoca entre os planos, o símbolo deva ser compreendido por meio de sua repetição no tempo, aliás, acreditamos que pela repetição do símbolo no tempo seja alcançada a conformidade entre os planos. Nossa consideração não busca fazer um tratado geral dos símbolos e tampouco uma investigação sobre os discursos religiosos

e políticos ligados a eles, mas, sim, promover apenas o início de uma reflexão sobre sua definição, excluindo qualquer aprofundamento nas ciências que os envolvem.

Assim, os exemplos clássicos sobre os símbolos, a suástica relacionada ao nazismo ou a foice e o martelo para o comunismo, não se tornaram símbolos automaticamente após sua criação. Quando o Partido Comunista adotou em 1918 o emblema criado por Evgueni Kamzolkin, o comunismo possuía outros símbolos concorrentes, como martelo e arado, martelo e forquilha etc. (Khutarev, 2014), mas foi pela bandeira da União Soviética e pela reprodução massiva de seu signo ao longo do século XX que a foice e o martelo tornaram-se símbolos do comunismo, mesmo depois do fim da União Soviética.

O mesmo vale para a suástica, que foi um emblema bastante empregado em diversas culturas desde o período Neolítico. Porém, a partir de 1920, com a criação do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, a *Hakenkreuz* (cruz gamada ou cruz com ganchos), destacada de um fundo vermelho e de um disco branco, foi gradativamente associada ao discurso de Hitler e ao Nazismo, afastando-se da representatividade da classe trabalhadora, até ser considerada em 1935 como bandeira nacional da Alemanha. Atualmente, o símbolo está inteiramente ligado ao nazismo, mesmo depois do fim desse período histórico, e perdeu completamente, no Ocidente, sua relação com as culturas do passado³.

Os emblemas citados tinham inicialmente diversos conteúdos relacionados a eles, movimento trabalhador, revolução russa, socialismo, no caso da foice e do martelo, e no caso da suástica do Partido Nacional-Socialista, movimento dos trabalhadores, força política alemã e reconstrução. Conforme os discursos foram se concentrando concomitantemente à reprodução do emblema, a marca ganhava em força e unidade até chegar a uma relação unívoca entre conteúdo e expressão.

Não se busca uma resposta para os motivos históricos que levaram à concentração de conteúdos para a formação do símbolo, especula-se: talvez houvesse uma convergência de narrativas próximas (no exemplo da foice e martelo, da revolução russa, do movimento trabalhista e do socialismo) com sujeitos diferentes buscando os mesmos valores, delegados pelo mesmo destinador. Essa convergência poderia ter sido alcançada pela conjunção de um desses sujeitos narrativos (Partido Comunista) com o objeto-valor por meio de uma disputa ou

³ Como o Decreto-Lei brasileiro nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que proíbe no artigo 20“§ 1º fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo” (Brasil, 1989).

pela união desses sujeitos, que partilham os mesmos valores, para realizar um único programa narrativo.

Entretanto, para o estudo da estrutura simbólica, a relevância está na concentração desses conteúdos, pois sua alta extensidade produziria, em uma relação inversa, baixo impacto, quer dizer, cada repetição do símbolo, um acento, poderia ser vinculada difusamente a diversos conteúdos (Fontanille; Zilberberg, 2001). A exaustiva seleção de conteúdos levaria a um estado-limite, ao único. Por consequência, o acento de cada repetição conduziria a uma maior tonicidade, porque não haveria mais a dispersão de conteúdos.

Voltando ao exemplo da foice e do martelo, quando o símbolo foi criado em 1918, vários discursos eram atrelados não somente à foice e ao martelo, mas também a outros emblemas concorrentes (enxada e martelo, forquilha e martelo etc.), assim como discursos diferentes. A convenção na escolha da foice e martelo eliminaria suas variantes, do mesmo modo que o estabelecimento do Partido Comunista concentraria a anterior difusão de conteúdos. Esse processo de triagem (Fontanille; Zilberberg, 2001) chega ao seu ápice pela extinção da forma do conteúdo, que a certo momento passa a considerar um sentido geral de comunismo ao invés de Partido Comunista. Nesse momento, chega-se ao mínimo, o signo torna-se símbolo e a correlação entre os planos é unívoca, pois:

Hjelmslev vai chamar sistemas de símbolos essas estruturas que são interpretáveis, porque se pode atribuir a elas um sentido, uma substância de conteúdo, mas são monoplanares, dado que não é possível atribuir a elas uma forma de conteúdo, já que expressão e conteúdo são reduzidos a uma só classe (Fiorin, 2003, p. 44).

No caso do comunismo, acreditamos que a dependência entre a expressão e o conteúdo é causada pela repetição (Hjelmslev, 2006, p. 42-43), pois a condensação dos conteúdos seria determinada pela repetição da expressão, levando à formação do símbolo. Em termos históricos, a fixação do emblema (anterior à condensação de conteúdos) conduziria por sua repetição à conformidade entre os planos.

Nesse tipo de dependência, em que um termo pressupõe o outro, mas não o contrário, encontra-se uma relação unilateral. A determinação é designada como seleção, quando se trata de um processo, e como especificação, quando se trata do sistema (Hjelmslev, 2006). Seguindo com o exemplo, a repetição ocorrida no plano da expressão selecionaria conteúdos.

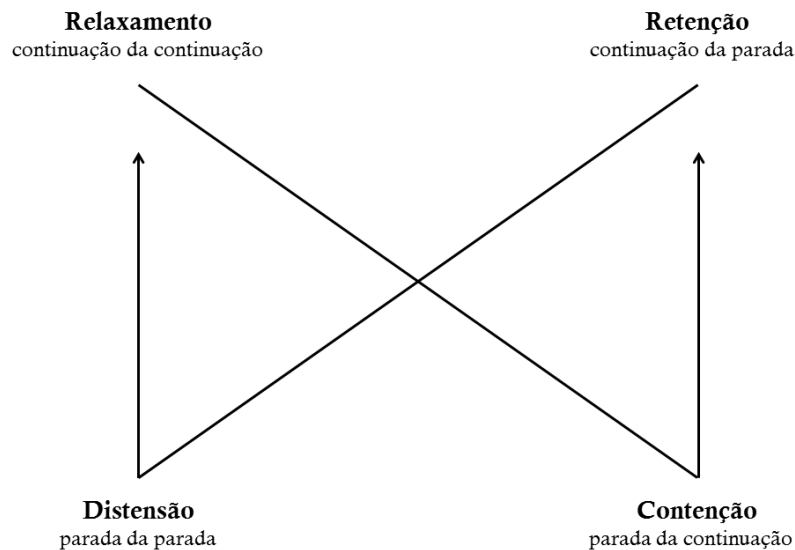
Em termos tensivos, não se trata de subvalências que formarão valores, mas de valores que se comportam como subvalências para criação de valores de valores. Os conteúdos e

expressões considerados já possuem seus respectivos valores, então, busca-se encontrar um sistema para descrição desse processo supervalorativo. Em razão desse ponto de vista, ambos os planos, formados por extensidade e intensidade, entrariam em um processo de minimização.

O plano da expressão em seu regime exclusivo atingiria uma extenuação da extensidade, devido à proposta da convenção em estabelecer um único emblema, cujo acento seguiria o caminho inverso, rumo à tonicidade. Essa triagem levada a cabo chegaria ao único, causando uma parada processual, uma retenção, pois sua continuação resultaria em um processo inverso ou a uma extinção. No plano do conteúdo, a difusão de significados traria a atonia, pois, caracterizada pelo regime participativo, a repetição do emblema perderia em impacto, porque a cada vez repetido, seu significado poderia ser interpretado de maneiras diversas, mas limitadas. Como se a repetição do significante, foice e martelo, a depender do discurso, teria um número finito de possibilidades de conteúdo, ou seja, um signo comum, com suas variações de significado.

Essa inadequação dos planos exigiria uma resolução em um dos planos, por isso um processo de concentração dos conteúdos seria iniciado para ajustar-se ao plano da expressão. Essa seleção, em um regime inverso, reverteria gradativamente a atonia rumo à alta tonicidade. A repetição agenciaria a adequação entre os planos justamente por expor seu descompasso. A distensão promoveria a retomada do processo de ajuste rumo ao relaxamento entre os planos. Essas transições tensivas, de paradas e continuações, podem ser observadas no esquema a baixo:

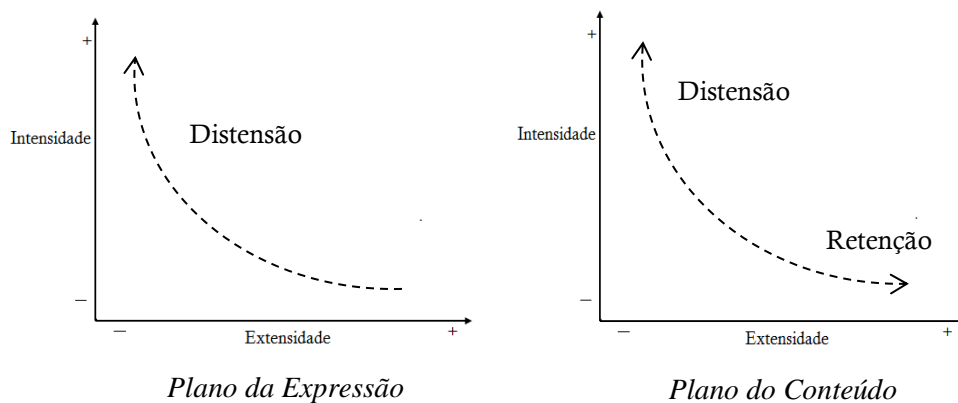
Esquema 1 – *Quadrado semiótico de paradas e continuações*



Fonte: Tatit (2014, p. 379).

A sequência processual de paradas em direção às continuações teria a seguinte configuração nos esquemas tensivos abaixo, nos quais a extensidade está relacionada no plano da expressão ao número de variações plásticas do(s) emblema(s) e no plano do conteúdo, à difusão dos significados, e a intensidade está ligada ao impacto produzido por suas respectivas repetições.

Esquema 2 – *Relação tensiva entre os planos*



Fonte: autoria própria.

Porém o que ocasiona essa triagem? Como um conteúdo torna-se mais concentrado em relação a outros? Para isso, deve haver um fator selecionador nessa difusão de significado.

Ora, dentro desse universo de potencialidades, haveria a eleição de determinados usos em detrimento de outros. Por meio de sua repetição efetuada pelo grupo social, um conteúdo teria maior saliência que outro. O conceito de norma linguística torna-se apropriado então para explicar porque algumas formas são mais empregadas. O uso vai determinar essa seleção, atribuída a diversos fatores, como a eficiência na comunicação, por exemplo. Logo, movidos pelos valores de concentração (a unidade o Partido, a unificação do movimento dos trabalhadores, etc.), que vão regular a tensão entre conteúdos dispersos e expressão uniforme, a norma endógena (daquele grupo russo) passa a ser a regra geral, torna-se exógena (Klinkenberg, 2010).

No caso do comunismo, em um exemplo de estabelecimento do símbolo como norma exógena, quando o emblema se tornou símbolo, houve uma necessidade de colocá-lo nas bandeiras de todo país seguidor daquela ideologia (norma exógena). Entretanto, como a norma exógena prevê, em um sistema de oposições, uma norma endógena, o Partido dos trabalhadores da Coreia do Norte não segue as normas do símbolo, produzindo uma norma endógena: sua bandeira constitui-se da sobreposição das figuras do martelo, enxada e pincel, representando respectivamente os operários, os trabalhadores rurais e os intelectuais. A constituição do símbolo como norma dá-se, então, por sua repetição em uma práxis enunciativa e o enunciador seria conduzido a realizar a forma mais recorrente. O próprio sistema linguístico regularia a determinação dos valores. No entanto, como foi mencionado anteriormente, o percurso tensivo do sistema simbólico leva à extinção do plano do conteúdo e o que era signo passa a ser símbolo, porque a repetição normativa deixa de ser local para ser global.

Segundo Lemos (2015), a repetição poderia ser percebida em termos globais e locais na linearidade textual:

O componente global é estabelecido pelo recorte de extremidades e cria uma totalidade. O componente local cria intervalos e segmenta o texto em partes. Ao integrar o ritmo, a repetição requer uma noção global e outra local, de todo e de parte, para se fazer sentir. Precisamos tanto da identificação, quanto da linearidade e da saliência [...].

Em outra escala, a repetição também age de forma intensa e/ou extensa no texto. Entendemos extenso como uma força centrífuga que espraia o sentido e é, portanto, coextensivo ao texto. Intenso, inversamente, é a força centrípeta e concentradora do partitivo, de valores expressos por uma ou mais partes (Lemos, 2015, p. 137).

Transposto esse excerto para o sistema simbólico, a repetição local acentua o ritmo pelo plano da expressão favorecendo a concentração de conteúdos diversos e quando o estabelecimento normativo nesse regime de minimização promove um único significado, a repetição local torna-se global. Seria possível afirmar que nesse caso de produção simbólica por determinação, a repetição local, retensiva, teria como resolução outra repetição, distensiva.

Além disso, podemos salientar que nesse cenário há uma linearidade temporal no caso do símbolo, pois as repetições ocorrem sucessivamente em um determinado período de tempo na história, mas a espacialidade é planar, pois não há linearidade no espaço da repetição simbólica, ele ocorre em diversos lugares separadamente. Somente o percurso linear temporal estabelecido pelo enunciatário em sua leitura reúne essa exposição simbólica espalhada espacialmente. Essa intermitência da repetição cria um acúmulo, gerador de uma concentração de conteúdos.

Desse modo, a norma não é a responsável integral pela produção do sistema simbólico, senão a maioria do sistema linguístico seria monoplanar, anulando sua própria condição semiótica, mas sua progressividade excessiva geraria o símbolo. O sistema simbólico seria resultado de um sistema de excesso tensivo. A determinação da repetição (Hjelmslev, 2006), conduzida pela norma (Coseriu, 1979), sobre os planos da expressão e do conteúdo somada a um processo de minimização extremo (Zilberberg, 2011) gerariam o símbolo.

Como foi visto no caso do comunismo e do nazismo, a definição do emblema, expressão concentrada átona, estava ligada inicialmente a certos conteúdos, cuja repetição local criava atonia do signo. Porém a seleção dos conteúdos pelo uso de um emblema, levada à extenuação, resultou em um único conteúdo, o Partido Comunista e o Partido Nazista, que atingiria a extinção do plano do conteúdo resultando em um sentido abstrato (substância): o Comunismo, o Nazismo. Nesse momento, a repetição do símbolo distende-se globalmente.

Esse excesso que rompe limites é o produtor da extinção e essa mudança é compreendida pela dimensão concessiva. Embora a relação inversa entre as valências dos planos seja notadamente marcada, cada eixo é direcionado implicativamente. No caso dos exemplos acima, enquanto a extensidade seguia para o cada vez menos, a intensidade ia para o cada vez mais, ou seja, a relação inversa (ou ...ou) entre os eixos, internamente seria constituída de uma relação conversa (e ...e) em cada eixo. Consequentemente, o ápice da dimensão implicativa dentro de cada eixo, e concessiva entre os eixos, seria a extenuação na extensidade e a saturação na intensidade, isso quer dizer, um “signo mínimo”. A partir dessa configuração,

a lógica concessiva, internamente a cada eixo, sobreviria a essa direção, pois seguindo o regime implicativo das categorias minimização e recrudescimento, o “próximo passo” seria na direção inversa:

Diante de uma ascendência realizada, ou seja, de um paradoxismo absoluto de plenitude comportando unicamente mais, o desencadeamento da descendência consiste necessariamente na subtração de, pelo menos, um mais. À continuação desse processo, damos o nome de atenuação, definindo-a em termos de degressividade como projeção no campo de presença, de cada vez menos mais (Zilberberg, 2011, p. 56).

Contraditoriamente, o limite do regime implicativo é uma concessão, pois embora haja somente mais no percurso ascendente, seu bloqueio é inevitável rumo ao somente menos (ou perder “mais”). Seguindo esse raciocínio, a concessão que intervém em cada eixo nada mais é que a continuação do processo implicativo inicial. Porém, quando esse somente mais não é interrompido pelo caminho inverso e segue-se com o acréscimo, temos uma mudança de limites.

Essa transição de limites para limiares não depende apenas da análise individual de cada eixo, posto que a dinâmica é constituída de relações entre os eixos da intensidade e da extensidade. Assim, os eixos têm suas direções orientadas pela relação que existe entre eles, o limite é estabelecido nessa dinâmica.

Portanto, em um percurso descendente, a extinção seria a manutenção da extenuação, que instalaria uma extensão do limite tensivo para em seguida voltar à lógica normal, cuja consequência é a dimensão ascendente (Zilberberg, 2012, p. 28). Pode-se dizer que numa focalização interna em cada eixo, a concessão faz os limites e a implicação torna-os limiares. Essa flutuação dos limites traz maior dinâmica às relações entre os termos:

Na perspectiva contínua dos modelos extensivos [...]. O intervalo é sempre variável entre dois extremos, conforme as possibilidades do sistema considerado. Sua alteração traz consequências importantes ao modelo descritivo. Um aumento no número de termos da estrutura faz aumentar o intervalo entre os extremos e torna mais fina a determinação da intenção [...] (Lopes, 2004, p. 46).

Os limitadores situados no extremo do eixo tensivo tornam-se intermediários por conta da mudança concessiva, porém, vale ressaltar, isso é um acontecimento no sistema e, como tal,

não pertence à tendência da regra geral, ou seja, a formação do sistema simbólico é uma exceção prevista no sistema.

A repetição global do único gera um aumento no impacto, a expressão do símbolo em conformidade com um conteúdo exclusivo não possui mais potenciais concorrentes na distribuição do sentido, não há mais distribuição, o símbolo deixa seu único significado ao ser manifestado. A norma local é alçada ao estatuto de regra geral e toda variante estará em oposição ao símbolo estabelecido no sistema, caracterizando um desvio. A lógica anterior da exclusão atribuída aos aumentos e diminuições da repetição retorna à lógica implicativa. O conteúdo e a expressão do símbolo, em relaxamento, não se expandem e nem se concentram, sua pertinência estará na quantidade da repetição relacionada ao impacto. Contudo, segundo a lógica da própria repetição, “a ausência total de mudança leva a uma estagnação: o texto volta sempre ao seu início e não há evolução” (Lemos, 2015, p. 130). Porém um acontecimento (Zilberberg, 2011) pode rearranjar a monotonia repetitiva do símbolo, levando-o talvez a um processo inverso de expansão dos conteúdos ou quiçá a uma maior concentração.

Entretanto tal processo não integra nosso escopo e aparentemente ele só poderia ser previsto nas virtualizações do sistema, sem haver ainda uma realização semiótica. Como esse tema ultrapassa os limites da presente investigação, mais uma vez trata-se de especulações.

Considerações finais

A investigação sobre o conceito de símbolo, baseada na teoria hjelmsleviana, revela a complexidade de definir e identificar símbolos dentro de um sistema semiótico. A análise demonstra que a conformidade entre o plano da expressão e o plano do conteúdo possui também um viés diacrônico para a compreensão do sistema simbólico. A repetição ao longo do tempo se faz necessária para que essa conformidade se consolide e um emblema adquira um valor simbólico real e duradouro.

O processo de repetição contribui para a formação de uma identidade que pode ser reconhecida e associada consistentemente a um determinado grupo ou indivíduo. No entanto, sem essa repetição contínua, a conformidade entre os planos da expressão e do conteúdo permanece insuficiente para a criação de um símbolo forte e unificado.

Ademais, a consideração do tempo e da repetição na formação dos símbolos também se aplica a contextos históricos e políticos. Exemplos como a foice e o martelo no comunismo ilustram como a repetição ao longo do tempo e a concentração de significados específicos podem transformar uma marca em um símbolo poderoso. Esses símbolos ganham uma força

que transcende suas origens imediatas, moldando identidades coletivas e movimentos sociais de maneira profunda e duradoura.

Em suma, a abordagem propõe uma reflexão contínua sobre os processos de formação e manutenção dos símbolos. A pesquisa desses processos é fundamental para compreender a complexidade e a importância dos símbolos tanto em sua configuração linguística, estrutural, quanto na construção das identidades culturais e sociais. A pesquisa não pretende esgotar o tema, mas iniciar um debate sobre os fatores que contribuem para a criação e permanência dos símbolos, incentivando novas investigações e discussões sobre a relevância desses elementos na semiótica e na vida social. Seguindo com a proposta inicial, a formação do símbolo pode ser entendida como determinada. Nos casos apresentados, a concentração do plano do conteúdo regida pela repetição da expressão constituiria o símbolo.

Desse modo, é importante, no futuro, examinar a relação inversa prevista no sistema, em que a repetição expande o conteúdo. Embora essa investigação⁴ não faça parte do escopo da presente análise, a inversão prevista no sistema oferece uma nova perspectiva que pode enriquecer a compreensão do processo simbólico. Esse aspecto estimula o desenvolvimento do assunto, sugerindo que a repetição não apenas reduz e reforça, mas também tem o potencial de ampliar e, talvez, diversificar o significado dos símbolos ao longo do tempo — de volta ao signo.

Referências

BORBA, Francisco D. S. *Dicionário UNESP do Português contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2004.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989*. Proíbe a fabricação, comercialização, distribuição ou veiculação de símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada para fins de divulgação do nazismo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 1989.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1979.

FIORIN, José Luiz. O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa. *Galáxia*, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1314/810>. Acesso em: 08 nov. 2024.

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. São Paulo: Humanitas, 2001.

GREIMAS, Algirdas Julius; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. Uol. *Grande dionário Houaiss da Língua Portuguesa Beta*, 2012. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

KHUTAREV, VLADIMIR. A foice e o martelo: o místico emblema do país dos soviets. *Gazeta Russa*, 20 jul. 2014. Disponível em: http://gazetarussa.com.br/arte/2014/07/20/a_foice_e_o_martelo_o_mistico_emblema_do_pais_dos_soviets_26525. Acesso em: 08 nov. 2024.

KLINKENBERG, Jean-Marie. La Mutation des Normes Sociales et Langagières: Conditions de Production des Littératures Périphériques. In: KASSAB-CHARFI, S. *Altérité et Mutations dans la Langue: Pour Une Stylistique des Littératures Francophones*. Bruxelas: Academia-Bruylant, v. Coleção Au Cœur des Textes, 19, 2010. p. 17-28.

LEMONS, Carolina Lindenberg. *Condições Semióticas da Repetição*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

LOPES, Marcos. Semântica extensiva. In: CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata C.; (ORG.) *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: Cultura acadêmica editora, 2004. p. 36-49.

TATIT, Luiz. *Todos entoam*. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. São Paulo: Ateliê, 2011.

ZILBERBERG, Claude. *La structure tensive suivi de Note sur la structure des paradigmes et de Sur la dualité de la poétique*. Liège: Presses Universitaires de Liège, 2012.

Recebido em 29 de julho de 2024

Aceito em 28 de agosto de 2024